

190	367	244	566	
				4

Nova fronteira para a mineração

Congresso analisa projeto que abre terras indígenas para os grandes projetos do setor

Lauro Aires
Brasília

O Brasil está prestes a inaugurar uma nova fronteira para mineração. Até o fim do ano, o Congresso Nacional deve aprovar a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, já autorizada pela Constituição promulgada em 1988. É uma área do tamanho da Bolívia (cerca de 12% do território brasileiro), que em sua maior parte está sobre terrenos com potencial geológico para extração de minérios, principalmente ouro, cobre e cassiterita.

Há quase sete mil pedidos de pesquisa em terras indígenas registrados no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, órgão vinculado ao Ministério de Energia. Isso prova o grande potencial para atividades de mineração existente na área. A pesquisa de ouro responde por mais de 60% dos pedidos. "É uma área nobre, que deve atrair um bom volume de capital estrangeiro", diz o geólogo e diretor de operações do DNPM, Marco Antônio Félix Figueiredo.

Embora não seja possível estimar o potencial exato da área, sabe-se que pelas características geológicas, a possibilidade de achar jazidas é grande. De acordo com Marco Antônio Figueiredo, a taxa de sucesso em pesquisas minerais é de 15%, mas nas

áreas indígenas esse percentual deve ser superior.

Segundo o projeto de regulamentação apresentado pelo senador de Roraima Romero Jucá, haverá uma espécie de licitação para pesquisa e lavra das novas áreas. Caberá às comunidades indígenas decidir sobre a melhor oferta, sempre acompanhada da fiscalização da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público. Os índios ficam com uma parcela da receita bruta da mineração, que vai depender da oferta feita na licitação pública.

Impacto - Em princípio, há consenso de que a exploração mineral será vantajosa para os índios. A Funai é favorável. Índios, mineradoras e governo também. Sabe-se que os índios sofrerão um forte impacto com a mineração. Haverá mais gente circulando na reserva assediando as índias, e as estradas abertas para escoar a produção podem servir de porta de entrada para madeireiros clandestinos. Mas, com a Funai à míngua, os


recursos obtidos podem compensar com benfeitorias para os índios. "Há uma situação pior já instalada, com garimpeiros

clandestinos que poluem o meio-ambiente e pagam apenas pequenas quantias aos índios", diz o senador Romero Jucá.

Índios escolheriam a melhor proposta de exploração e teriam participação nos resultados

Para o ex-presidente da Funai Márcio Santilli, coordenador do Instituto Sócio-Ambiental, ONG que organizou os dados sobre pedidos de pesquisa para mineração em terras indígenas, seria preferível incluir a regulamentação da mineração no estatuto indígena, que também está sendo preparado pelo Congresso. "Seria uma forma de garantir o mesmo tratamento para outras áreas, como indústria madeireira e pesquisa de biodiversidade", afirma Santilli.

O senador Jucá, entretanto, acha que as comunidades indígenas não podem perder mais

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	<u>gm</u>
Data	<u>01/11/99</u> Pg <u>27</u>
Class.	<u>218</u>

				4

tempo: "Há muitos minerais que estão perdendo valor internacional porque a evolução tecnológica os estão substituindo por outros", diz.

Preferências - Santilli critica também a parte do projeto que prevê preferência na pesquisa e lavra para empresas que entraram com pedidos no DNPM até 1988 (data da promulgação da constituição). "É um contra-senso. O maior mérito do projeto são as licitações, que serão prejudicadas por empresas com preferências", diz. Dos quase 7 mil pedidos de pesquisa, 2 mil são de datas anteriores a 1988. Ou seja, em tese terão vantagens para negociar com os índios.

O senador Jucá diz que incluiu as preferências para evitar uma briga jurídica com as empresas que entraram com os pe-

didados, e que as comunidades indígenas podem recusar a preferência e partir para a licitação. Mas, segundo Santilli, o resultado das preferências já seria desastroso por ocupar toda a burocracia naqueles 2 mil casos, além de impedir que o governo faça um planejamento estratégico das explorações.

Segundo Santilli, há um verdadeiro mercado de preferências, onde empresas negociam direitos de mineração. Como não há requisitos técnicos para requerer os direitos de pesquisa, empresas desconhecidas garantem a prioridade e revendem aos verdadeiros exploradores. Por isso, grande parte dos pedidos podem ser apenas "reservas de mercado". A resposta para o real potencial mineral das áreas indígenas só surgirá com as primeiras pesquisas, que devem iniciar já no próximo ano. ■

Documentação

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Fonte: SM

Data: 10/11/99

Class: 218

De olho no subsolo

Cinco dos territórios indígenas de maior interesse para as mineradoras

Alto Rio Negro

Garimpeiros exploram os índios da reserva, localizada perto da fronteira com a Venezuela e a Colômbia. São 19 mil índios de cerca de 20 etnias.

Yanomâni

Quase mil índios vivem nessa reserva, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Há furos, cerca de 70, e eles foram mortos por garimpeiros que invadiram a área.

Banú

Nessa área vivem 160 índios manacagnóis e calapó, que reclamam por não receberem pagamento dos garimpeiros que exploram o minério na reserva.

Calapo

Garimpeiros exploram esse território, no qual há 2,6 mil índios; já houve exploração de minério e mogno na região com recursos e coordenação do governo federal.

Mundurucu

Há 4,5 mil índios na área, onde o garimpo é feito por eles mesmos. Apesar do grande interesse dos garimpeiros pela reserva, aparentemente eles não atuam nela.

Corrida pelo ouro

Os dez minérios mais procurados pelas empresas em número de pedidos

Ouro	4.238
Cobre	419
Cassiterita	213
Titânio	182
Estanho	179
Chumbo	111
Tântalo	100
Zinco	94
Volframita	93
Columbita	77

Fonte: ISA